



PODER

# Acordo por PEC 6 x 1 e taxa das blusinhas

Lula consegue de Alcolumbre e Motta o compromisso de avançarem em pautas do governo na semana de esforço concentrado

» FERNANDA STRICKLAND

O encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), rendeu dividendos para o governo, que busca acelerar a análise de propostas com apelo popular, especialmente às portas de uma eleição, na qual o petista buscará a recondução. Ao fim da reunião, os dois parlamentares se comprometeram com o avanço da medida provisória que derruba a “taxa das blusinhas” e com a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a jornada de trabalho 6 x 1.

Alcolumbre anunciou, na entrevista coletiva, que a MP das blusinhas será analisada durante o esforço concentrado do Congresso, na próxima semana. A medida provisória elimina a cobrança sobre compras de até US\$ 50 em plataformas internacionais. Se não for votada até 8 de setembro, perderá a validade, e a taxa voltará a ser cobrada.

“Essa medida provisória não vai caducar, vai ser deliberada na comissão especial, que vamos instalar provavelmente na terça”, enfatizou. “Faço compromisso de que, na semana que vem, tempo curto de esforço concentrado, no meio do processo eleitoral, vamos deliberar e encaminhar esta matéria para o senhor sancionar”, acrescentou, dirigindo-se a Lula. Depois da análise na comissão mista, a matéria seguirá para a Câmara e, posteriormente, para o Senado.

Motta, por sua vez, também afirmou que Câmara e Senado vão agir em conjunto para instalar rapidamente a comissão responsável pela análise da medida. Segundo ele, a intenção é aproveitar o esforço concentrado para votar a proposta.

Motta defendeu a manutenção da medida e afirmou que ela beneficia consumidores que realizam compras pelas plataformas digitais.

## Manobras para frear proposta

» DANANDRA ROCHA

A oposição no Senado se articula para tentar ampliar a discussão sobre o fim da escala 6x1 antes que a proposta avance para o plenário. Diante da possibilidade de votação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), parlamentares apresentaram emendas, defendendo a realização de audiências públicas e estudam medidas regimentais para retardar a tramitação.

Uma das estratégias da oposição é tentar levar a PEC a outras comissões, entre elas a de Assuntos Econômicos (CAE), para que os impactos sobre empresas, empregos e diferentes setores da economia sejam discutidos antes de uma decisão. Caso a iniciativa não avance, senadores avaliam recorrer a pedidos de vista, adiamento da votação e votação nominal, além de se posicionarem contra eventual quebra de interstício entre as etapas de análise da proposta.

A análise entre oposicionistas é de que, em um ano eleitoral, será difícil simplesmente rejeitar uma medida de forte apelo entre trabalhadores. O foco passou a ser,

Ricardo Stuckert.



Alcolumbre, Lula e Motta fizeram um pronunciamento após o almoço no Alvorada: acordo em pautas populares às portas das eleições

O presidente da Câmara ainda contestou a avaliação de que os produtos comercializados nesses sites sejam, em sua maioria, importados. De acordo com ele, empresas brasileiras também estão entre as fornecedoras.

O parlamentar anunciou, pouco depois, que indicou o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) para a presidência da comissão mista. “A relatoria é de atribuição do Senado Federal. Em diálogo com os presidentes Lula e Davi Alcolumbre, acordamos votar a matéria na próxima semana”, postou no X. “O fim da taxa é uma demanda da população e vai aliviar o bolso de milhões de brasileiros que compram

pela internet”, acrescentou.

Outras matérias que terão prioridade de tramitação no Congresso, conforme acertado pelos três dirigentes, serão o fim da escala 6 x 1, a PEC da Segurança Pública, o Marco Legal dos Minerais Críticos e a criação do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata).

A PEC do fim da jornada 6 x 1 foi aprovada na Câmara em maio. No Senado, foi encaminhada por Alcolumbre, na sexta-feira, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator do texto, Omar Aziz (PSD-AM), informou que o parecer será apresentado no colegiado na próxima quarta-feira. A

possibilidade de avanço da matéria, por sinal, mobilizou a oposição, contrária à aprovação da PEC (leia reportagem abaixo).

A agenda discutida no encontro também incluiu terras raras e minerais críticos. Alcolumbre lembrou que a Câmara já aprovou uma proposta encaminhada pelo governo, enquanto o Senado analisa outro projeto sobre o mesmo tema.

O presidente do Congresso reconheceu a existência de divergências entre os senadores, mas defendeu que a Casa avance na discussão. Ele ressaltou o interesse de outros países nas riquezas minerais brasileiras e avaliou que o tema exige atenção do Legislativo.

## Polarização

Após o almoço dos três, Lula afirmou que pretende “pacificar o Brasil” e deslocar o debate político para questões que considera prioritárias para a população.

O presidente criticou a polarização e disse que seu objetivo é concentrar o governo em temas como segurança pública, saúde, educação, emprego e endividamento. “Ninguém aguenta mais essa polarização”, declarou. O chefe do Executivo afirmou ainda que pretende encaminhar ao Congresso propostas relacionadas à segurança pública.

## Privilégio a importados, enfatizam entidades

» RENATO SOUZA

Em nota pública, a Coalizão Progresso Brasil, que reúne entidades representativas de trabalhadores, indústria e varejo, manifestou-se contra a MP da **taxa das blusinhas**.

A Coalizão afirma que as empresas de produtos fabricados no Brasil estão sujeitas a normas específicas, como regras trabalhistas e de segurança do consumidor. Ressalta que o fim da taxa de importação representaria um tratamento privilegiado para mercadorias estrangeiras.

“Enquanto empresas brasileiras da indústria e do varejo suportam uma carga tributária que chega, em média, a 90% do custo dos produtos, além de juros elevados, burocracia e inúmeras exigências regulatórias, pretende-se assegurar tratamento privilegiado a mercadorias estrangeiras que ingresam no país através de plataformas digitais sem cumprir as mesmas obrigações impostas à produção e ao comércio nacionais, inclusive requisitos de conformidade destinados a proteger a saúde e a segurança da população”, destaca a nota.

As entidades alegam ainda que

### Risco a empregos

O fim da taxa das blusinhas pode pôr em risco 109 mil empregos e a geração de cerca de R\$ 21,8 bilhões em produção doméstica em 2026. O cálculo consta de nota técnica divulgada, ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O estudo estimou os efeitos da retirada do Imposto de Importação sobre o volume e o valor das compras internacionais de pequeno valor (até US\$ 50).

a desoneração da taxa dos importados reduz empregos no país. “O comércio enfrenta recuperações judiciais, fechamento de lojas, redução de investimentos e perda de postos de trabalho. A indústria, por sua vez, sofre uma dupla pressão importadora: de um lado, o forte avanço das importações convencionais; de outro, o crescimento acelerado das encomendas internacionais realizadas por meio de plataformas digitais com zero de imposto de importação”, acrescentam.

### Saiba mais

**Veja o que dizem as propostas que devem ter prioridade no esforço concentrado**

#### Escala 6x1

- » A PEC do fim da escala 6x1 foi aprovada na Câmara em 27 de maio. A proposta altera a Constituição para reduzir a carga horária máxima de trabalho para 40 horas semanais.
- » A PEC garante dois dias de repouso semanal remunerado, sem diminuição de salário. A mudança será aplicada progressivamente e inclui exceções para trabalhadores com regimes diferenciados e para aqueles com salários mais elevados e diploma de nível superior.

#### PEC da Segurança

- » O relator da PEC da Segurança Pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Rogério Carvalho (PT-SE), já informou que vai apresentar relatório favorável à aprovação da proposta da forma como foi aprovada na Câmara.
- » A proposta reorganiza o sistema de segurança pública no país, ao redefinir as fontes de financiamento do setor, incluindo a destinação de parte da arrecadação das apostas esportivas aos fundos nacionais de segurança pública e do sistema penitenciário.

#### Taxa das blusinhas

- » A MP 1.357/2026 zera temporariamente a chamada “taxa das blusinhas”, como ficou conhecida a cobrança de Imposto de Importação federal de 20% sobre remessas postais internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 260 na cotação atual). Criada em 2024 com a intenção declarada de proteger o comércio nacional, a taxa foi suspensa pelo governo em maio deste ano.

#### Minerais críticos

- » Outra matéria que deve ser votada na próxima semana é a proposta que estabelece a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PL 2.780/2024). Além de criar o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, vinculado à Presidência da República, o texto busca fomentar pesquisa, extração, beneficiamento e transformação de minerais críticos e estratégicos, essenciais para setores-chave da economia, como a transição energética e a segurança nacional.

#### Datacenters

- » O Redata (PL 278/2026) oferece incentivos fiscais para empresas que instalem ou ampliem datacenters no Brasil. O objetivo é fomentar o setor de tecnologia da informação, promovendo o uso de energia limpa e investimentos em pesquisa e inovação. A matéria aguarda a definição de relator e já recebeu 22 emendas. **(Com Agência Senado)**